



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

## **PRÁTICAS EDUCATIVAS EM TERRITÓRIOS DE DISPUTA: ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DA COMUNIDADE NOVA VIDA EM BARCARENA (PARÁ)**

Eunápio Dutra do Carmo

Centro Universitário do Estado do Pará/UFPA

carmo@cesupa.br

### **Introdução**

Tendo como tema as práticas educativas que emergem na territorialidade, o trabalho analisa os processos e estratégias de atuação social como aprendizagens da Comunidade Nova Vida-CNV (município de Barcarena/Pará), formada por trabalhadores rurais e pescadores e que atua em áreas de impactos sócio-ambientais no cenário amazônico. Parte-se da premissa de que as experiências das organizações sociais na Amazônia colaboram para compreensão da dinâmica sócio-espacial, marcada por correlações de forças sociais. A questão central que orienta a discussão é: Quais as práticas educativas instituídas na CNV com os processos de deslocamentos por ela enfrentados? Tal questão é problematizada no contexto da dinâmica de transformação sócio-espacial que a Amazônia Oriental - inclui os Estados do Pará, Amapá, Tocantins e o oeste do Estado do Maranhão - vem enfrentando desde a década de 70 do século passado, cujo desenho proposto cumpre com a agenda de implantação de grandes projetos de infra-estrutura e minero-metalúrgicos que modificariam a face da região, dotando-a de outras racionalidades diferentes daquelas até então presentes nas dinâmicas de funcionamento pré-existentes. Para tanto, adotou-se a abordagem etnográfica na pesquisa de campo, feita em 2009 e 2010, com a técnica de estudo de caso, valendo-se dos seguintes instrumentos: observação simples, pesquisa documental, entrevistas abertas e história de vida marcada por uma grande complexidade social. Neste sentido, o caso da CNV é emblemático. A instalação da empresa Pará Pigmentos S. A. (PPSA) na área de atuação da comunidade em 1992 obrigou os seus moradores a desocuparem o território, onde estão registradas suas memórias e redes sociais: de vizinhança, de troca econômica, de parentesco. A escolha desse território se deu exatamente pela localização estratégica que facilita o escoamento da produção de caulim pelo rio Pará em função da sua profundidade e proximidade com o Porto de Vila



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

do Conde. A retirada da comunidade da área foi negociada com um grupo de funcionários da empresa que, após três meses de negociação, chegaram a um acordo. Essa e outras negociações, conquistas, resistências e perdas foram marcadas pela mobilização e organização coletiva da comunidade, com o apoio de mediadores como: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barcarena, Curso de Serviço Social da UFPA e Comissão Pastoral da Terra.

As abordagens antropológicas e sociológicas deste processo regional foram importantes para a compreensão das práticas sócio-educativas da CNV e orienta a linha de construção deste texto. Inicialmente o cenário de encontro-choque entre empresa e comunidade é apresentado. Logo após, as práticas educativas são discutidas na perspectiva da prática sócio-cultural delimitadora dos modos de vida, trabalho e organização coletiva da comunidade. Em seguida, são descritos os processos de deslocamentos e como eles impulsionaram a emergência de uma aprendizagem sócio-política importante para a história da comunidade. E, finalmente, são feitas algumas considerações finais.

## **1. O Encontro-Choque envolvendo Empresas e Comunidades na Amazônia Oriental**

O papel da Amazônia como fronteira de recursos naturais, na geopolítica mundial, fez com que a região tivesse sua paisagem físico-natural e sócio-cultural modificada por processos de desestruturação espacial decorrentes da expansão do capital produtivo vigente e das tecnologias dele derivado. No entanto, não obstante a presença da racionalidade empresarial que vem acompanhada pelos aspectos da competência, produtividade e eficiência, a região amazônica detém outras racionalidades em ação (autóctones) que se confrontam, chocam e disputam espaços com aquelas enunciadas pela reestruturação produtiva. Tais cenários históricos com forte simbolismo inscrevem na região, e não é de agora, articulações, mobilizações e saberes que geram produção social e cultural em diversas comunidades, sendo, portanto, espaços de socialização de práticas e produção de saberes locais.

Em Barcarena, município conhecido como distrito industrial pela presença de empreendimentos transnacionais, há a uma área com grande concentração de empresas

de extração e beneficiamento de minerais que pertence ao sistema de empresa Vale, que possui uma hitórica presença no município. Esse espaço pode ser descrito como um local de crescente expansão da mineração na região amazônica e com presença de forças sociais diversas em constante relação envolvendo grandes empresas, poder público e atores sociais da sociedade civil organizada. Nessa dinâmica social, com vetores do modelo capitalista de produção, se insere este trabalho que assume como linha de investigação as reflexões sobre mineração, impactos sócio-ambientais e organização social das comunidades, tendo como objeto os processos de formação e mobilização/resistência de organizações sociais em comunidades desterritorializadas dos seus espaços pré-existent, localizadas em áreas de expansão das empresas mineradoras.

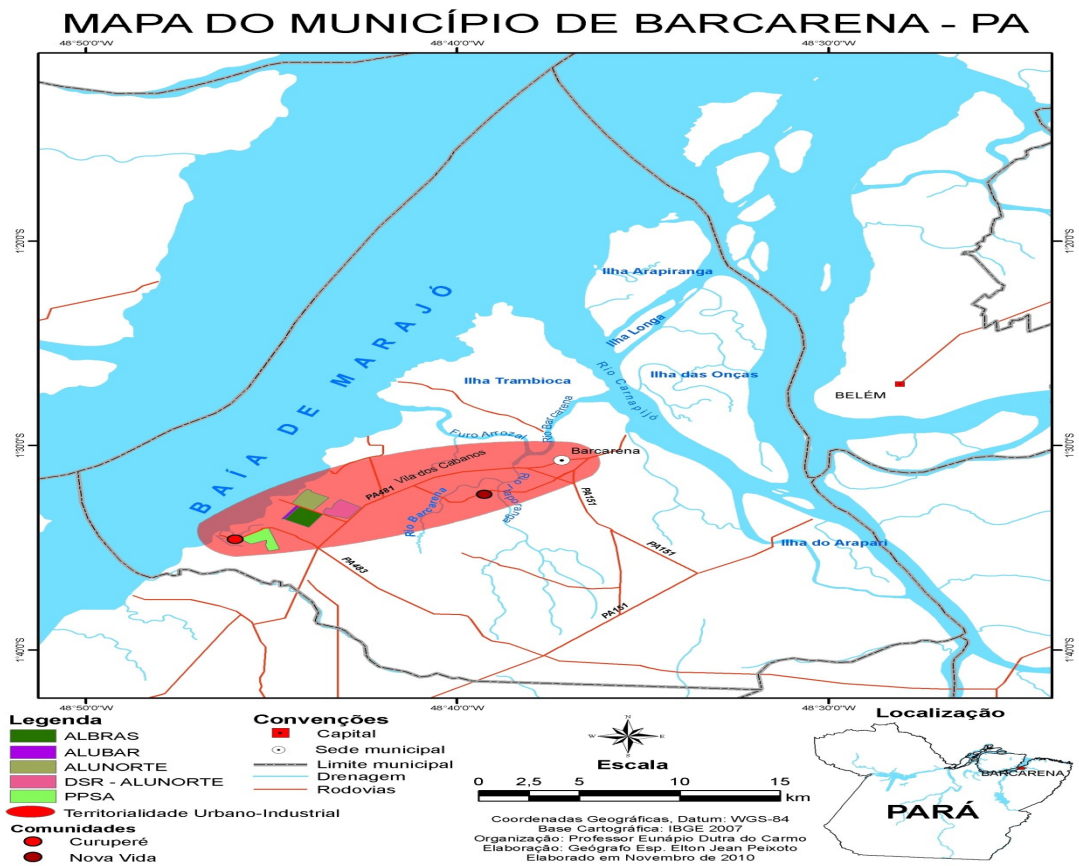


Figura 2: Mapa do município de Barcarena

O município de Barcarena possui três grandes áreas: área industrial, núcleo urbano e a área rural que envolve as ilhas, como ilustra o mapa. Área industrial e urbana



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

se complementam por estarem as empresas de mineração (ALBRAS, ALUNORTE, PPSA e Ymeris) e a Vila dos Cabanos, espaço que foi construído para abrigar os funcionários das empresas e que hoje é ocupada também por outros moradores. As empresas receberam apoio do poder público (Prefeitura e Estado) e estão, cada vez mais, próximas de ações políticas que estruturam projetos de parceria. A área rural e as ilhas formam o entorno e representam os espaços mais afastados do centro industrial, onde se concentram as comunidades e os grupos sociais tradicionalmente ligados às atividades de pesca, agricultura e extrativismo. Essas populações locais, de um modo geral, recebem apoio e assessoria de movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONG'S) que atuam no campo democrático-popular, denunciando e viabilizando alternativas coletivas junto a esse quadro social. Algumas comunidades também mantêm relações com as empresas na medida em que estão participando de projetos de responsabilidade social, cujo enfoque é nas áreas de educação, cooperativismo e empreendedorismo.

Situada em áreas de intensos impactos sócio-ambientais no município industrial de Barcarena (Pará), a Comunidade Nova Vida, composta de pequenos agricultores e pescadores, é um exemplo emblemático dessa situação e vem sofrendo, desde 2000, processos de remanejamentos que, por sua vez, têm implicado em movimentos intra-locais com rebatimentos diretos para suas unidades familiares. Ocorre que historicamente, essa Comunidade se estruturou enquanto grupo social, organizando-se com base no trabalho de produção e subsistência, tecendo suas identidades sociais e, com o decorrer do tempo, foi se fortalecendo enquanto formação política. Todas essas dimensões identificadas e descritas, em trabalhos de observação e entrevistas, compõem, simultaneamente, momentos de saberes e experiências que, ao longo da vida, voltam em suas memórias, conquistas, perdas e confrontos. Nesse ambiente de campo de relações são potencializados movimentos e experiências que garantem a mobilização de saberes e práticas que colaboram para a formação humana. Portanto, o território educa. A captura desses processos, a partir de uma percepção histórica e simbólica, mediante desenvolvimento da pesquisa de campo, revela a construção de saberes produzidos e transmitidos, bem como a percepção das identidades e da memória coletiva. Essas experiências, na perspectiva de quem as constrói, dá, sobretudo, condições de conhecer as razões e significados presentes no campo de relações.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

## **2. O Território educa e politiza – a chave teórico-analítica**

No universo social das comunidades locais na Amazônia, as categorias território, culturas e práticas educativas se entrelaçam aproximando temas como apropriação/dominação, sistema de valores, significação e saberes da experiência, pois tanto as categorias como os temas são transversalizados pelas práticas sociais dos sujeitos, tecidas na racionalidade dos grupos sociais. Mas essas práticas sociais também tencionam e são tencionadas por um conjunto de possibilidades num intrincado campo teórico que colabora para fazer a leitura sócio-cultural e política do território. É esta a matriz de reflexão que permeia a análise da Comunidade Nova Vida (CNV), lócus da pesquisa deste trabalho nosso objetivo é compreender as práticas educativas na afirmação dos territórios e territorialidades, entendendo prática educativa para além do campo do ensino formal e curricular, procurando aprofundar a tese, de que as práticas sociais, os modos de vida, as estratégias de organização política e de resistência de comunidades amazônicas são espaços de aprendizados e de formação. A articulação entre os temas território, práticas educativas e cultura permite investigar os deslocamentos como espaços educativos e de formação de sujeitos políticos, grade de leitura do trabalho. Esta constatação de que o território educa e politiza, tomada criticamente, situa-se nas formas de apropriação social e cultural da natureza que instaura uma complexidade social e histórica, cujos atos de conhecer e conceber são atividades que refletem a relação simbólica e material com o território.

As formas de existência e a organização coletiva permitem entender a realidade histórico-social porque passou e passa a CNV, considerando as práticas sócio-culturais pensadas como práticas educativas. Com base nesta interação, nossa pretensão é analisar os espaços pedagógicos da comunidade, enquanto práticas educativas necessárias diante dos deslocamentos compulsórios promovidos pela expansão das empresas mineradoras em Barcarena, em especial da PPSA, buscando investigar os ajustes dessas práticas que são construídos nas dinâmicas territoriais. A opção pelo objeto de estudo “práticas educativas”, além dos aspectos já antes mencionados, se dá em virtude de percebermos que na relação empresa e comunidade muitos temas já



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

foram estudados como: titulação da terra, impacto sócio-ambiental, projetos sociais, parcerias com as escolas, dentre outros<sup>1</sup>.

Como “práticas educativas” consideramos as experiências vividas e tecidas no âmbito das relações sociais, que constituem as estratégias de convivência e o sentido do saber-fazer desse grupo gestado nos processos sociais da CNV. Essas práticas educativas não podem ser apreendidas de forma homogênea e unidimensional, pois os modos de vida da comunidade são produzidos por saberes, técnicas e experiências presentes nas diversas dinâmicas com o território, que identificam os seus moradores, organizam suas normas e regras, constroem suas formas de comunicação e os ensinam a viver no território por eles dominado e apropriado: o ecossistema amazônico com suas crenças, lições e invenções. Em função dessa complexidade, as práticas educativas são combinadas, contínuas, complementares e ressignificadas diante de um território em movimento, que garante o seu caráter processual-relacional, heterogêneo e multidimensional (SAQUET, 2009).

No ato de se apropriar e controlar o espaço, os sujeitos tornam o “território socialmente utilizado” (SANTOS, 2007, p. 24) e ao fazê-lo produzem cultura, compreendida por uma estreita relação com as práticas da vida cotidiana e também com as representações materiais, simbólicas e rituais historicamente reelaborados. Na cultura são tecidas sociabilidades, memórias sociais e histórias coletivas, além de assegurar identidade, valores e ideais de um grupo. Novamente com Santos (2007) verifica-se que no território há “afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado” (SANTOS, 1996, p. 16) e é dessa confluência entre território e cultura que os sujeitos desenvolvem práticas educativas, aquelas que são inerentes ao processo de constituição do ser

---

<sup>1</sup> Na busca feita sobre práticas educativas em dinâmicas territoriais no site da ANPED, considerando as produções das reuniões anuais de 2000 a 2008 (23ª a 31ª reunião anual), não encontramos trabalhos diretamente ligados a esse tema. Por outro lado, identificamos algumas pesquisas e reflexões dos grupos de trabalho de educação e movimentos sociais e educação popular que se aproximam da nossa discussão, por outra experiência empírica, como é o caso dos assentamentos, das cooperativas e da agricultura familiar em que percebemos que o debate sobre as práticas educativas emergem da reflexão da realidade social.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

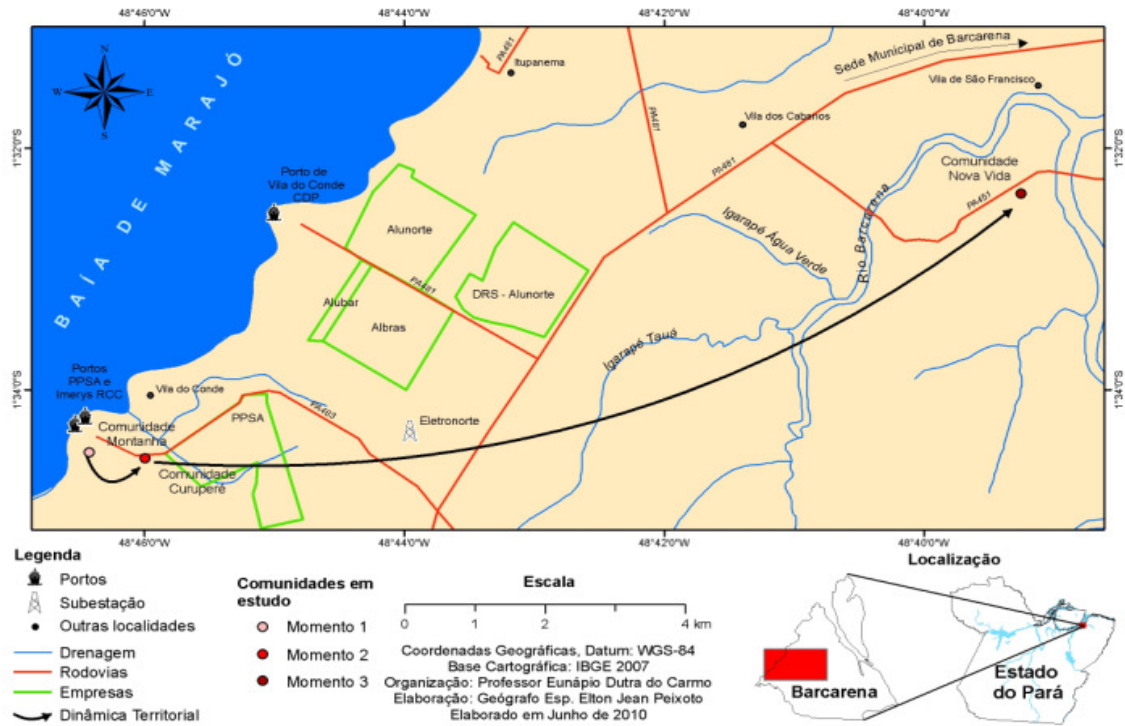
humano, no plano da sua formação subjetiva enquanto indivíduo e coletividade (FREIRE, 2000; BRANDÃO, 1989 e 2002; RODRIGUES, 2002; LEITÃO, 2004; GOHN, 2005; RIBEIRO, 2006) , no plano da produção de saberes e aprendizagens, fruto das trocas recíprocas de práticas, experiências sociais e (i) materiais desenvolvidas no território, como espaço vivido e idealizado pelos atores.

É nessa perspectiva que se entende a vida social da CNV. As formas de organização coletiva e práticas sócio-culturais e educativas são geradas e reinventadas a partir dos modos de viver e conviver, de produzir, de conhecer, de identificar-se como grupo social da floresta amazônica. Dentre as possibilidades, há uma perspectiva de análise adotada, resultante do encontro dessas discussões representadas em duas reflexões-síntese: (1) a de que a integração entre o contexto sócio-cultural e os sujeitos, perfazendo seus espaços de convivência social é condição vital para práticas educativas; (2) a de que as práticas educativas circunscrevem-se, manifestam-se, transformam-se no processo de intervenção social, política e cultural-simbólica dos sujeitos na realidade vivida, concreta e subjetivamente experienciada no tempo e no espaço, com suas intencionalidades, contradições e interesses.

### **3. A ressignificação das práticas educativas da CNV**

Neste item continuaremos com a descrição das experiências sociais da comunidade, desta vez discutiremos os deslocamentos compulsórios vividos pela comunidade, com destaque para o processo de negociação com a empresa PPSA, as formas de mobilização e o processo de saída propriamente dito.

O mapa é revelador de movimentos intralocais que promoveram mudanças sócio-espaciais e culturais significativas para a comunidade. As setas indicativas no mapa e seus contornos, mais do que apontar a direção dos deslocamentos, apresentam nuances de uma dinâmica que tem a marca do vivido e do experimentado como prática social.



Mapa 2 – Localização das Comunidades

Fonte: Arquivo iconográfico da pesquisa ( CARMO e PEIXOTO, 2010)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A CNV passou por dois deslocamentos compulsórios que marcam a sua trajetória enquanto comunidade remanejada, ao mesmo tempo, que justificaram as mudanças nas suas denominações, tendo assumido três nomes, são eles: Comunidade da MONTANHA, Comunidade do CURUPERÉ e Comunidade NOVA VIDA. As três denominações refletem o processo sócio-histórico de uma comunidade de pescadores e pequenos agricultores da Amazônia que resistiram para continuarem existindo enquanto grupos sociais ligados à floresta. Portanto, entender a história da comunidade é conhecer esses processos, percebendo suas dinâmicas sociais e com elas foram tecidas e forjadas em processos histórico-sociais intensos, contraditórios e de muitos significados, daí a importância dos nomes atribuídos à comunidade, pois representam a expressão de situações, de histórias e de memórias sociais. Em linhas bem gerais, sintetizamos: - MONTANHA (até 1993): início da comunidade, quando o lugar (paraíso na percepção de muitos sujeitos) era em um elevado, parecendo o alto de uma montanha, mas que tinha o rio com a sua praia, seu lazer, seu trabalho e sua cultura; - CURUPERÉ (1993 a 2003): comunidade já existente que acolheu a comunidade remanejada da Montanha - espaço que tiveram que reconstruir a vida; adaptação longe do rio e tendo que ser agricultores, sentindo a presença da poluição das empresas e a necessidade de retomar as negociações; - NOVA VIDA ( desde 2004): denominação atual, após o segundo deslocamento oriundo de Curuperé; cultura e identidades transformadas; começar de novo e dessa vez, será que é para sempre?

O encontro (empresa e comunidade) no território é marcado pelo contato entre culturas diferentes que revela o seguinte: de um lado, os valores culturais etnocêntricos (ideologia da modernização) de empresas transacionais e, de outro lado, os valores culturais da floresta (cultura vivida), representado as comunidades locais. O encontro dessas diferentes culturas não revela apenas dimensões sócio-produtivas, mas especialmente, as representações simbólicas do que é produzido pelas relações concretas de contato. O deslocamento compulsório e o desenraizamento social (Medeiros, 2009) impõem novas formas de organização coletiva à comunidade diante dos processos de disputa de interesses em curso, engendrando novas sociabilidades,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

dinâmicas políticas, exigindo apreender outras práticas educativas para dominar e se apropriar social, político e culturalmente do território.

A Comunidade da Montanha era formada por 77 pessoas entre antigos moradores, primos, sobrinhos, netos e cunhados do Sr. José Miranda Rodrigues, líder da comunidade por um longo período. Mesmo diante de diferenças e das contradições em algumas informações sobre esta etapa, para uma grande maioria dos entrevistados lá foi vivida a melhor fase de suas vidas. A comunidade construiu uma dinâmica social a partir do território. As entrevistas com os sujeitos da comunidade ajudaram na descrição dessa dinâmica com o território.

A informação de que uma empresa seria instalada na área da comunidade chegou de várias maneiras: “abertura de ramal (estrada com derrubada de mata) para outros entrarem na Montanha” (Ozéias), “ aproximação dos técnicos da ALBRAS que começam a sugerir projetos para a comunidade e a fazer doações de brinquedos e roupas” (Joaquim), “compra de uma área da comunidade e a chegada de topógrafos” (Sr. Teté). Sentimentos como surpresa, medo, insatisfações, insegurança, desconfiança e oportunidade foram assumindo conotações maiores e somado-se ao desconhecimento, por parte dos moradores da comunidade, do aparelho burocrático e da pouca experiência em relação ao contato com instâncias oficiais de poder. Nesse contexto se deu as aproximações com os mediadores: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), as professoras e alunos do projeto "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena-Pa" (Curso de Serviço Social da UFPA), conhecidas como “o pessoal da Universidade”. A atuação dos mediadores permitiu aos membros da comunidade importantes experiências que correspondem a muitos espaços pedagógicos: reuniões, assembleias, palestras, sessões da Câmara e atos públicos. Desses múltiplos e complementares processos de formação surgiram novas lideranças, outras formas de organização, diferentes estratégias de resistência e discussão sobre as alternativas de manutenção da comunidade.

A concepção, a metodologia e a interação da educação com os movimentos populares permite considerar pistas que colaborarem para a compreensão dos moradores da comunidade diante das suas relações com o mundo e a sociedade, sobretudo daquilo que foi denominado por eles como: “saber negociar”; “sabemos nossos direitos”, “fazer



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

pressão na empresa”, “não ter medo da empresa”, “aprender a ter postura com a empresa”. E aquilo que não é claro para eles, mas que resultou em aprendizado, que foi o de monetarizar benfeitorias, compreender o valor de troca do território que para eles tradicionalmente só tinha valor de uso. O próprio sentido de se organizar e mobilizar, fazer reuniões de preparação e articulação para conquista dos direitos também é revelador nesse campo educativo, além de representar, no fundo, forma de resistência. Um fato ocorrido no campo ilustra essa relação orgânica entre comunidade e mobilização. Durante uma entrevista com um grupo da comunidade, houve uma ligação para o Daniel, Sra. Iolanda informou que ele estava participando de uma reunião. A reação da pessoa que ligou, descrita pela Sra. Iolanda, foi a seguinte: “Está havendo alguma coisa. Tão querendo tirar vocês daí de novo”. A reação, comentada pela Sra. Iolanda em tom de brincadeira, revela o que ficou como representação social do sentido de reunião para os moradores. A reunião passou a significar como pensar no que fazer diante de uma situação adversa e sempre ligada ao ato de se preparar para alguma coisa. Logo, falar de reunião já lembra organização, mobilização e resistência.

A questão da titulação da terra está na essência da luta por cidadania da comunidade, uma das maiores reivindicações. Importante lembrar, que desde as discussões para o remanejamento das famílias da Montanha, a titulação da terra foi tema das reuniões de negociação com a Companhia Desenvolvimento Industrial (CDI) e representantes da empresa. Naquela situação ficou evidenciado que a terra não pertencia a comunidade, portanto só tinham direito de indenização das benfeitorias, já que a área, segundo a CDI, pertencia à Prelazia de Abaetetuba e a mesma já tinha sido adquirida pelo governo do Estado, como foi apresentada em reunião de negociação que transcrevemos abaixo, por considerá-la fundamental.

O saber da experiência processou nesses diversos arranjos sócio-espaciais. O Quadro dos Aprendizados apresenta a racionalidade política dos próprios agentes do processo, valorizando as suas estratégias e ação coletiva, o que aponta para a sociabilidade educativa. As experiências sociais desenvolvidas nas dinâmicas territoriais são reveladores do quanto as relações sociais vivenciadas entre indivíduos e grupos de uma determinada comunidade, e entre grupos com histórias diferentes, correspondem a contextos edificantes de práticas educativas. Assim, o contexto da nova dinâmica que



culminou com o deslocamento compulsório permitiu novas ações: negociação com a empresa; estratégia de reivindicação; formação da Associação dos Moradores e parcerias com entidades (STRB, CPT e Projeto de Assessoria da UFPA). Com o deslocamento se aprendeu a: compreender a dinâmica do conflito; conviver com o sofrimento; se adaptar a novas situações; a desenvolver a consciência política; se organizar; dar sentido à luta; reivindicar; valorizar a escola; formar liderança; negociar, dentre outros aprendizados. Nesse ambiente de campo de relações foram construídas experiências que garantiram a mobilização de saberes e práticas que colaboram para a formação humana. O território, assim, “respira” movimentos de mudanças e confrontos. A fronteira se reconstitui. “E por ser móvel, a fronteira refaz-se” (CASTRO, 2007, p. 18). O movimento de se refazer se dá também no campo da prática educativa, a partir da cultura do próprio contexto social. Essa é a perspectiva o quadro apresentados a seguir.

ASPECTOS	CONTEÚDOS APRENDIDOS	MEDIADORES	CATEGORIAS NATIVAS	LUTA POR ...
Terra	- Saber adubar a terra, como também o planejamento e a técnica para o modo de produção que era uma necessidade em decorrência do terreno ser pouco fértil e pedregoso.	- Instrutores do SENAR que eram responsáveis pelos cursos de capacitação na área de plantio	- “Terra rica”: não precisava do adubo, maior teor orgânico natural  - “Terra pobre”: precisava do adubo com poucos elementos orgânicos naturais	- Possuir o título da terra e que a que fosse produtiva que garantisse o sustento das famílias;  - Não aceitavam a intervenção de órgãos e empresa que impediam o avanço dos projetos da comunidade.
Atividades de trabalho	- Adaptação em outras ocupações diferentes da origem da comunidade;  - Aprenderam a observar mais como eram feitos os serviços e as tarefas;  - Os homens tinham que atuar em muitas ocupações	- PPSA e empreiteiras que contratavam, quando possível, para atividades operacionais e de construção civil  - Famílias urbanas que precisavam de	- “Mercado franco”: maior oferta de trabalho em razão da necessidade de mão-de-obra  - “Mercado escondido”: era a pesca que não tinha muita perspectiva na Comunidade de Curuperé	- Necessidade de serem reconhecidos como cidadãos que têm direitos, inclusive o direito ao emprego digno;  - Necessidade de escola de qualidade: “Lutar contra o saber que é pouco”



	<p>(agricultor, pedreiro, carpinteiro, vigia...);</p> <p>- As mulheres passaram a trabalhar como costureiras, domésticas nas casas de famílias, tendo que aprender a lidar com o cansaço em trabalhar em duas casas;</p> <p>- Aprenderam a lidar com as ferramentas elétricas (homens) e com os eletrodomésticos (mulheres)</p>	<p>domésticas para auxiliarem nas atividades de casa.</p>		
--	---	---	--	--

<p>Modos de vida e relações sociais</p>	<p>- Os adultos aprenderam a ter mais disciplina para o trabalho, respeitando horários e normas.</p> <p>- Os filhos começaram a aprender a conviver sem a presença da mãe que ausenta para trabalhar;</p> <p>- Os filhos mais velhos aprendem a cuidar dos irmãos mais novos, a limpar casa e cozinhar;</p> <p>- Os jovens começam a</p>	<p>- Famílias que mudam sua estrutura e relações para atender às demandas sociais de sobrevivência da vida urbana;</p> <p>- Escola que correspondia o espaço em que as crianças e jovens se encontravam e, ao mesmo tempo, era a referência para se ter uma</p>	<p>- “Bando rebelde”: referência aos grupos de jovens;</p> <p>“Tem que prestar”: corresponde a ter uma ocupação na vida</p>	<p>- Uma escola em que o professor seja capaz de motivar os alunos a estudarem;</p>
---	--	---	---	---



	conviver em grupos e são incentivados a ter profissão, ainda solteiros, para garantir a contribuição nas suas despesas e da família;	profissão.		
--	--	------------	--	--

Quadro 2 – Aprendizados ocorridos com o deslocamento da Montanha para Curupeté

O referencial de análise para construção do quadro dos aprendizados é o das práticas educativas como práticas sociais e saberes produzidos nas múltiplas experiências com os deslocamentos, nas quais *ser e fazer* estão imbricados. As experiências em curso na CNV, com todas as contradições e conflitos, podem ser consideradas processos de formação e produção social de saberes no sentido amplo de educação, seja pela força das relações sociais coletivas, seja pelo aprendizado sócio-político adquirido nas iniciativas de garantia da própria sobrevivência humana, da sua história, da sua cultura. Por isso, as vias de organização comunitária expandem-se para além das experiências individuais espalhando-se para o campo da experiência coletiva, como as vivenciadas na associação de moradores e nos sindicatos.

### **Considerações Finais**

As narrativas apontaram que a luta pela terra em Barcarena tem sido historicamente marcada pela disputa dos recursos provenientes da natureza, tanto para a comunidade quanto para a empresa. A CNV viveu e vive esse processo. Em sua história reconstituiu processos de formação a partir da percepção de que os saberes políticos estavam presentes em forma de reação, organização social e formação de redes, aliados aos saberes de outras experiências de contato com a natureza, levando a comunidade a lutar pelo território, sendo fundamental para sua formação e a realização de práticas educativas. Essa condição apresenta especificidades no sentido de compreender a atuação dos membros da comunidade para além da noção naturalizada dos mesmos. Mas como sujeitos políticos, com identidade política, lutando para sobreviver e continuando sendo comunidade local. Essa construção social, cultural e emocional é que dá sentido de existência para grupos culturalmente marcados pela



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

diferença, por outros saberes, culturas, tradições imbricadas no território e organização social baseada na vida da floresta. São pescadores, pequenos agricultores, ribeirinhos, caboclos e homens e mulheres esperançosos e fortes, que aprenderam e aprendem com a sociobiodiversidade da Amazônia e conseguem produzir conhecimentos próprios com base nas suas experiências e modo de vida. Em comunidade, o morador é um ser social, pois representa a manifestação e confirmação da vida social. Esta manifestação se dá pela convivência entre os comuns, pelo exercício de suas atitudes e pela formação da identidade social, promovendo mediações, relações e formas de ação que operam nos modos de vida.

Quanto aos resultados, percebem-se atuações articuladas de grupos sociais organizados no sentido de demarcar espaço no contexto de resistência e negociação promovida por esses grupos no bojo de suas lutas micro-políticas em direção ao bem-estar humano e coletivo. Especialmente, em se tratando dos trabalhadores rurais e pescadores, pois estão criando condições favoráveis à sobrevivência de suas famílias, conseguindo conquistas difíceis que cooperam para a consolidação de padrões básicos de qualidade de vida e, conseqüentemente, a manutenção de suas identidades como população nativa. Assim, a CNV, com a colaboração de associações e sindicatos, começou a gestar formas originais de resistência e organização voltadas à inclusão social, no espaço de trabalho e moradia, em uma área desestruturada em função da instalação de empresas transnacionais. São conquistas forjadas nos movimentos de tensão marcados pelos acontecimentos de (des)construção e (des)continuidade vividos intensamente e gestados nas insistentes lutas da comunidade em continuar sendo o que são: *“agricultores e pescadores da mata nativa, caboclos da região, gente da Amazônia”*<sup>2</sup>. O protagonismo, os conflitos e as lições da CNV são fruto das suas opções e decisões políticas em contextos de deslocamentos. Essa comunidade conhece, de fato, a realidade e tem identidade territorial com o local. Notamos que as contradições sociais e as iniciativas de diálogo e colaboração entre múltiplos atores e setores da sociedade civil organizada (mediadores) abriram oportunidades inéditas para a mobilização de recursos e competências à comunidade, correspondendo a processos de transformação

---

<sup>2</sup> Informação fornecida por um trabalhador rural em 2007.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

social que ainda estão em curso, mas que gestam contextos políticos e novos desdobramentos sociais, que também desafiam as estratégias de organização social da comunidade. Os saberes do fazer estão sendo ressignificados, mas os saberes do conviver/viver junto conseguiram permanecer, mesmo ainda com todas as contradições sociais presentes. Pertencer à CNV significa fazer parte de um grupo que luta por direitos e busca organiza-se para consegui-los. O seu empoderamento é uma reinvenção dos modos de vida para continuar existindo na Amazônia urbano-industrial. Acreditamos que a forma de lutar foi mudada, mas a comunidade não mudou de lado. Ela continua sendo uma expressão de vida na floresta, como nos relatou um comunitário: “A gente não se aquieta. A luta da gente é muito grande” (JOSÉ MOREIRA)

## Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: São Paulo, Mercado de Letras, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 25ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, Edna. Política de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. In: **Novos Cadernos NAEA**. Belém: UFPA/NAEA, vol. 10, nº 2, 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITÃO, Cleide Figueiredo. Buscando caminhos nos processos de formação/ autoformação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, nº 27, set/out/nov/dez, 2004.

MEDEIROS, Rosa M. Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Silvério (orgs). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Marlene. Educação para Cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Silvério (orgs). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo, 1996.

SANTOS, B. de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.